



ATA Nº 1/2017

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE RIO MAIOR

----- Aos dezoito dias do mês de fevereiro do ano dois mil e dezassete, no Auditório da Câmara Municipal de Rio Maior, realizou-se uma sessão ordinária da Assembleia Municipal de Rio Maior, sob a presidência de Carlos Jorge Coelho Neto nos termos do n.º 2 do artigo 8º do Regimento da Assembleia Municipal. Secretariaram a presente sessão as Deputadas Municipais Maria Eugénia de Jesus Reis e Carla Cristina Machado Rodrigues Dias (em substituição), respetivamente Primeira e Segunda Secretárias da Mesa. A Câmara Municipal de Rio Maior fez-se representar pela Presidente, Isaura Maria Elias Crisóstomo Bernardino Morais. Assistiram também à presente sessão os Vereadores Carlos Fernando Frazão Correia, João António Lopes Cadoso, Ana Filomena e Silva Antunes Figueiredo, Carlos Alberto Nazaré Almeida, Daniel Alexandre Pulquério Pinto e Augusto Manuel Gonçalves Figueiredo. -----

----- JUSTIFICAÇÃO DE FALTAS -----

----- Nos termos da alínea j) do número 1 do Artigo 9º do Regimento da Assembleia Municipal, foram justificadas as faltas do Presidente da Assembleia Municipal António Manuel Silva Arribança e dos deputados António Manuel da Silva Moreira, Maria de Fátima Gouveia Pinheiro de Carvalho e João Figueiredo Vargas Lopes, procedendo-se às respetivas substituições. -----

----- Pelas catorze horas e vinte e cinco minutos, verificando-se a existência de quórum (27 presenças), o Presidente da Assembleia em exercício deu início aos trabalhos da presente sessão (anexo 1). -----

----- Presidente da Assembleia Municipal -----

----- Deu conhecimento da declaração de renúncia do mandato do Deputado Municipal Ivan Carlos Fernandes Abreu Cruz e Costa apresentada a 24 de janeiro de 2017 e, seguindo os procedimentos previstos no Regimento da Assembleia Municipal chamou o cidadão seguinte na lista do Partido Socialista para tomar posse apresentando os documentos de identificação, que leu o texto formal de posse e assinou (anexo 2). -----

----- PONTO PRÉVIO -----

----- APROVAÇÃO DE ATAS -----

----- Foi colocada a discussão e votação a ata n.º 5/2016 referente à sessão ordinária de 26 de novembro. -----



----- Aprovada a ata n.º 5/2016 por unanimidade dos presentes com direito de voto, com 24 votos a favor, não participando na votação, por não terem estado presentes na anterior sessão, os Deputados Maria Eugénia de Jesus Reis, João Pedro de Aleluia Gomes Sequeira e a Presidente da Junta da União de Freguesias de Marmeleira e Assentiz (27 presenças). -----

----- **CORRESPONDÊNCIA** -----

----- Pela Primeira Secretária foi feita a leitura da correspondência recebida e expedida pelos serviços da Assembleia Municipal, conforme anexo 3. -----

----- **Presidente da Assembleia Municipal** -----

----- Previamente à entrada no período antes da ordem do dia e de abrir as inscrições para intervenção dos membros da Assembleia Municipal, deu conhecimento de que foram apresentados na Mesa dois votos de pesar e dois votos de louvor proposto por todos os grupos municipais (anexo 4 a 7), que foram lidos pela Primeira Secretária, que serão discutidos no período de antes da ordem do dia e votados logo após o período de intervenção dos membros da Assembleia Municipal. -----

----- Informou que de seguida seria interrompida a sessão, a pedido da Senhora Presidente da Câmara Municipal e do Executivo, para uma breve explicação por parte do representante da Infraestruturas de Portugal, Eng.º Alcino Cordeiro, sobre a rede viária que serve a cidade. Acrescentou que face ao disposto no artigo 43º do regimento da Assembleia Municipal a intervenção solicitada não é possível no âmbito dos trabalhos mas, considerando o interesse da matéria, decidiu a Mesa suspender os trabalhos por um período máximo de 30 minutos para que seja possível aos membros da Assembleia Municipal ouvirem os esclarecimentos e, querendo, colocarem as questões que acharem pertinentes. Disse ainda que considerando a deliberação nos termos da alínea g), n.º 1 do artigo 10º que determina a suspensão dos trabalhos, todas as intervenções durante este período não constarão da ata da sessão. -----

----- A sessão foi interrompida às catorze horas e quarenta e cinco minutos. -----

----- Às quinze horas e cinquenta minutos, verificando-se a existência de quórum (30 presenças), o Presidente da Assembleia em exercício retomou os trabalhos da sessão (anexo 1). -----

----- **PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA** -----

----- O Presidente da Assembleia Municipal abriu as inscrições para este período. -----

----- Inscreveram-se para intervir os seguintes Deputados Municipais e Presidentes de Junta de Freguesia: -----



----- Deputada Vera Alexandra Costa Simões -----
----- Deputada Inês Guerra Vargas -----
----- Presidente da Junta de Freguesia de Asseiceira -----
----- Deputado Francisco Manuel Carriço Pereira Esperto -----
----- Presidente da Junta de Freguesia de Arroquelas -----
----- Deputado Luis Alberto Santos Tirano Ferreira -----
----- Deputada Joana Filipa Ferreira Tirano -----
----- Deputado Rui Miguel da Costa e Silva -----
----- Deputado António Carlos e Silva Antunes Figueiredo -----
----- Deputada Antónia Maria Falcão Miranda Manso Corrêa -----
----- Deputado João Pedro de Aleluia Gomes Sequeira -----
----- Deputada Carla Cristina Machado Rodrigues Dias -----

----- **INTERVENÇÕES DOS SENHORES DEPUTADOS** -----

----- **Deputada Vera Alexandra Costa Simões** -----

----- Apresentou cumprimentos à Assembleia Municipal na pessoa do seu Presidente e a todos os presentes. -----

----- Iniciou por reforçar o valor da atleta do Clube de Natação de Rio Maior, Inês Henriques, que para além de estabelecer no dia 15 de janeiro o recorde do mundo dos 50 km marcha tem já uma carreira cheia de sucessos reconhecidos. Realçou ainda que a aposta feita no desporto há décadas atrás foi visionária e reflexo disso são os títulos e sucessos de atletas formados, a dinâmica da cidade, o surgimento de massa crítica na área do desporto com a implementação da Escola Superior de Desporto de Rio Maior, a promoção do concelho e a dimensão do complexo desportivo existente. Considerou que este é um caminho que tem que ser continuado porque importa não esquecer que numa Europa sedentária os portugueses estão entre os que praticam menos atividades desportivas, referindo vários indicadores e sondagens elaboradas. Afirmou que a atividade física é cada vez mais sinónimo de qualidade de vida e importantíssima para a obtenção e manutenção de estado físico, social e psicológico saudável e que, nesse sentido, a Organização Mundial da Saúde aprovou a estratégia europeia para a atividade física 2016/2025 que foi desenhada tendo por base os dados que indicam que um terço da população adulta e dois terços da população jovem na Europa apresenta indicadores de atividade física insuficiente, sendo os principais objetivos da estratégia aumentar os níveis de prática através da promoção de estilos de vida saudáveis e redução de comportamentos sedentários, garantir a



disponibilidade de infraestruturas e espaços atrativos para pratica formal e informal bem como promover a igualdade de oportunidades para esta prática independentemente de um conjunto de características, nomeadamente o género, a idade, o estatuto social, a formação, entre outros. Terminou a intervenção reforçando os parabéns à Inês Henriques, deixando uma célebre frase do Professor Olímpio Bento: “ Não dar ao desporto, à prática de atividade física a devida importância é viver fora do nosso tempo.” -----

----- **Deputada Inês Guerra Vargas** -----

----- Apresentou cumprimentos à Assembleia Municipal na pessoa do seu Presidente e a todos os presentes. -----

----- Iniciou por agradecer a disponibilidade do Eng.º Alcino Cordeiro para vir prestar esclarecimentos técnicos que, com toda a certeza, não esperava que alguém tentasse transformar esta situação num momento político e acusatório e que foi, sem dúvida, um “excelente” cartão-de-visita que levou desta assembleia. -----

----- Fez notar que já estão disponíveis os mais recentes dados do Instituto de Emprego e Formação Profissional onde consta que o concelho de Rio Maior regista um dos valores mais baixos de sempre no que toca ao desemprego registando uma percentagem de 4,83% e 62% deste valor representam desemprego de curta duração, ou seja, estão inscritos há menos de um ano no centro de emprego. Considerou que se trata de um número animador e confiante e bastante abaixo da média no que toca a região de Lisboa e Vale do Tejo e até do resto do país, dizendo que o Município e toda a rede de parceiros sociais na área do emprego e empreendedorismo estão de parabéns. Neste âmbito deixou nota de dois programas que poderão ajudar na resiliência dos que neste momento ainda não perspetivam conseguir encontrar ocupação e subsistência económica autónoma, o programa “Qualifica” e o programa “Emprende já”, sendo que o primeiro incide na alfabetização de adultos que permita a conclusão da escolaridade obrigatória e o segundo que se trata de um programa de empreendedorismo direcionado a jovens dos 18 aos 29 anos, com escolaridade obrigatória concluída que não estudem nem trabalhem ou nem estejam a receber nenhuma formação. -----

----- **Presidente da Junta de Freguesia de Asseiceira** -----

----- Apresentou cumprimentos à Assembleia Municipal na pessoa do seu Presidente e a todos os presentes. -----



----- Interveio para dizer que viu no programa de carnaval da Câmara Municipal que este ano no final do desfile irá estar instalada uma tenda gigante com DJ e artistas, questionando se a câmara municipal está interessada em acabar com o carnaval nas freguesias porque todos os anos, no caso da Asseiceira, a associação investe milhares de euros no carnaval para arranjar verbas para pagar água, luz, seguros, direitos de autor, licenças, GNR e o Imposto Municipal sobre os Imóveis (IMI) anual de mil e duzentos euros. Manifestou o seu profundo desagrado pela maneira como a Câmara está, desta forma, a prejudicar de forma evidente a freguesia e suas associações. -----

----- **Deputado Francisco Manuel Carriço Pereira Esperto** -----

----- Apresentou cumprimentos à Assembleia Municipal na pessoa do seu Presidente e a todos os presentes. -----

----- Interveio para falar sobre a Estrada Nacional 114, onde diariamente passa, referindo no que passado dia 7 teve a satisfação de ouvir que era uma das doze estradas que estão para requalificar, endereçando os agradecimentos ao executivo pelo esforço que tem feito e nunca ter abandonado este projeto. -----

----- **Presidente da Junta de Freguesia de Arrouquelas** -----

----- Apresentou cumprimentos à Assembleia Municipal na pessoa do seu Presidente e a todos os presentes. -----

----- Deu conhecimento que a Junta de Freguesia de Arrouquelas assinou um protocolo com o Centro Nacional da Cultura (CNC), entidade titular do projeto “Caminhos de Fátima”, com vista a promover a colaboração entre o setor público e o setor privado e entre instituições nacionais e locais no enquadramento do território e desenvolvimento regional. Disse ainda que no âmbito deste protocolo o CNC compromete-se a coordenar o desenvolvimento de um conjunto de medidas de valorização do itinerário intitulado “Caminho do Tejo” inserido no projeto dos “Caminhos de Fátima” e que a Freguesia de Arrouquelas se compromete a colaborar com aquela entidade no projeto “Caminhos de Fátima” nomeadamente através da implementação e manutenção do itinerário “Caminho do Tejo” no troço correspondente à variante Arrouquelas, no percurso entre Azambuja e Amiais de Baixo. Desejou que este protocolo venha servir para o desenvolvimento da economia local e contribua para dar conhecimento do património cultural que se encontra nas diversas freguesias onde o caminho irá passar. -----

----- **Deputado Luis Alberto Santos Tirano Ferreira** -----



----- Apresentou cumprimentos à Assembleia Municipal na pessoa do seu Presidente e a todos os presentes. -----

----- Interveio para referir o falecimento do ilustre riomaiorense António Colaço deixando, em seu nome pessoal e da bancada da CJF, as sentidas condolências à família do empresário e autarca que foi também padrinho do Agrupamento de Escuteiros de Rio Maior. -----

----- **Deputada Joana Filipa Ferreira Tirano** -----

----- Apresentou cumprimentos à Assembleia Municipal na pessoa do seu Presidente e a todos os presentes. -----

----- Congratulou o Executivo Municipal por se fazer representar no Fórum Europeu para a Ciência, Tecnologia e Inovação, assim como o Centro de Negócios e Inovação de Rio Maior, porque considera que se trata de uma presença fundamental neste tipo de eventos que vai ajudar Rio Maior a acompanhar o futuro tecnológico e é desta forma que as empresas a nível tecnológico e de inovação têm algum interesse em vir para Rio Maior e a se aliarem às mais-valias que o Centro de Negócios pode ser para as mesmas. Questionou ainda qual foi a mais-valia que foi conseguida dessa participação e do que é que beneficiou o Centro de Negócios. -----

----- Deu ainda conta que teve início no dia 17 de fevereiro o projeto vencedor do orçamento participativo jovem, informando que as inscrições para as aulas de Introdução à Língua Chinesa esgotaram. Considerou que o orçamento participativo é de repetir, melhorando-o. -----

----- Acrescentou ainda, relativamente ao programa “Empreende Já”, que teve conhecimento que o Centro de Negócios e Inovação de Rio Maior está empenhado em ajudar e divulgar este programa e questionou de que forma é que estão pensadas essas ações. -----

----- **Deputado Rui Miguel da Costa e Silva** -----

----- Apresentou cumprimentos à Assembleia Municipal na pessoa do seu Presidente e a todos os presentes. -----

----- Referindo-se à apresentação feita durante a suspensão dos trabalhos considerou que o teor da mesma não tem enquadramento num órgão com a natureza da Assembleia Municipal e onde o esclarecimento deveria ser ao nível político e não técnico. -----

----- Pronunciou-se sobre os dois votos de pesar apresentados pela Assembleia, dizendo que entende que existem cidadãos que, por aquilo que dão à sociedade e



pela singularidade dessa dádiva, nunca serão esquecidos. Relativamente a Feliciano Júnior salientou que para além de tudo o descrito o que realmente mantém dele é o facto de ser uma pessoa de quem nunca ouviu alguém dizer mal e que, em relação a Mário Soares, o que mantém dele é a sua perseverança numa ideia. -----

----- E, seguindo o seu exemplo de Mário Soares em questionar o regime, questiona, também ele, o regime atual, designadamente naquilo que é a soberania do cidadão que vota e que, no final de contas, acaba por não mandar nada, criando um ciclo vicioso em que o cidadão tem a soberania pelo voto mas nunca tem o poder. Considerou que para isso contribui o facto de as eleições não serem diretas e sim por interposta pessoa, os partidos, que tomaram conta do Estado, a superestrutura pela qual se organiza o regime. Paraphrasing a professor de Ciência Política, com toda a justeza em sua opinião, afirmou que “os partidos em vez de representarem os cidadãos no Estado, representam o Estado perante os cidadãos” e cartelizaram-se. Considerou que isso nos traz um outro problema ainda maior: os partidos e esta organização de Estado, conseguiram criar megas estruturas que estão acima dos Estados, que não são eleitas, e que detêm o verdadeiro poder, como são exemplo as agências de rating, a troikas, o FMI, o Banco Central, etc., e que mandam na superestrutura Estado. Referiu ainda que para além disso outras perguntas muito estranhas se levantam, como por exemplo, por vivermos num regime que se diz democrático, em que impera a vontade da maioria, como sabemos que a maioria significa virtuosismo, sendo esta uma virtude uma coisa escassa na espécie humana? Considera que ao deixar que as maiorias votem podemos cair no paradoxo daquilo que é a democracia: e se um dia os cidadãos resolverem votar democraticamente que querem uma ditadura? Como se resolve isto? Alertou que neste momento já existem vários exemplos na Europa de que se caminha nesse sentido porque, salientou, continuar a viver num mundo em que se diz que o cidadão é soberano mas que não manda nada, mas tarde ou mais cedo, em sua opinião, ou muda a bem ou muda a mal. Terminou dizendo que tem a triste expectativa de que irá mudar a mal e ainda durante a sua esperança de vida. -----

----- **Deputado António Carlos e Silva Antunes Figueiredo** -----

----- Apresentou cumprimentos à Assembleia Municipal e a todos os presentes. -----

----- Interveio para esclarecer que relativamente à intervenção do Presidente da Junta de Freguesia de Asseiceira nomeadamente o pagamento de IMI e a realização do desfile de carnaval, esclareceu que tanto quanto sabe as juntas de freguesia não



pagam esse imposto e que em relação à realização do desfile também outras juntas de freguesia, designadamente de Arroquelas, organizam festas de carnaval em colaboração com as diversas associações locais e esse é um exemplo que deve ser seguido e não nos ficarmos apenas por um local com festividades. Em seu entender, todos os bons exemplos são para ser seguidos e quanto mais atividades existirem pelo concelho, realizadas conjuntamente e não isoladamente, levará ao desenvolvimento de todo o concelho e não de apenas um local. -----

----- Reforçou o voto de pesar pelo falecimento do Senhor António Colaço, autarca em Rio Maior em épocas conturbadas de consolidação política e democrática em Portugal e também ao saudoso e recentemente falecido Senhor António Feliciano Júnior que faria noventa e três anos no próximo dia 23, de uma vida em que foi verdadeiramente um senhor, um exemplo para todos, em que marcou sempre presença em todas as ações, em todas as dinâmicas e eventos que por Rio Maior se fizeram em prol do engrandecimento da cultura e da sociedade riomaiorense. Acrescentou ainda que se trata de dois homens que viveram uma vida cheia de quase um século, e que do primeiro ao último dia conseguiram ser uns senhores, uma vida admirável e um belo exemplo para todos. Desejou ainda que a Inês Henriques siga este caminho também para prosseguir no seu sonho e conquistar recordes e o engrandecimento dos seus objetivos e de Rio Maior. -----

----- **Presidente da Junta de Freguesia de Asseiceira** -----

----- Pediu a palavra na sequência da intervenção anterior que foi concedida para breves esclarecimentos pelo Presidente da Assembleia em exercício. -----

----- Esclareceu que quando falou no pagamento do IMI se referia aquele que é suportado pela Comissão de Melhoramentos da Asseiceira e não à Junta de Freguesia. -----

----- **Deputada Antónia Maria Falcão Miranda Manso Corrêa** -----

----- Apresentou cumprimentos à Assembleia Municipal na pessoa do seu Presidente e a todos os presentes. -----

----- Iniciou dizendo que feito que foi o balanço do trabalho da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens (CPCJ) relativamente ao ano passado verificou-se que, apesar de ter existido ao nível dos jovens e das crianças alguma contenção em todo o processo que a comissão apoia, houve um aumento da violência doméstica relativamente ao ano de 2015. Considerou que se trata de um dado complicado e que se trata de um assunto que deveria ser tido em consideração para de futuro ser



estudado e tomadas medidas que pudessem reverter esta situação, tanto mais quando a taxa de desemprego é baixa e que existirão, por isso, outras razões de fundo e até ausência de um trabalho de prevenção mais acentuado. -----

----- Referiu-se ainda à questão do abastecimento de água na Vila da Marmeleira dizendo que gostaria que a mesma fosse resolvida e que fosse feita a obra em condições e que a Presidente da Câmara pudesse interceder, face ao desleixo de quem fez a obra, para que a situação fosse resolvida e concluídos os trabalhos devidos rapidamente e em conformidade. -----

----- **Deputado João Pedro de Aleluia Gomes Sequeira** -----

----- Apresentou cumprimentos à Assembleia Municipal e a todos os presentes. -----

----- Iniciou por se referir à situação atípica que se passou anteriormente dizendo que não foi um momento que dignificou a Assembleia Municipal e embora reconheça que não era esse o objetivo, na prática não foi um momento dignificante. Sublinhou ainda que a Assembleia Municipal cumpre um papel fiscalizador do Executivo Municipal e questiona-o, considerando que quando se querem discutir situações temáticas tão importantes como aquela que foi apresentada, convocam-se sessões temáticas, não se interrompem os trabalhos. Afirmou que foi esse o facto que levou a que não questionasse o representante da Infraestruturas de Portugal, até porque o mesmo não tem papel político de decisão, apenas tem competência técnica e a Assembleia Municipal é um órgão político. Pediu que a Mesa, em próximas situações, tivesse mais cuidado com este tipo de questões não só pela sua importância mas também por questões regimentais e de dignidade da própria Assembleia Municipal. -----

----- Relativamente aos votos de pesar disse que o Dr. Mário Soares, para o próprio e para muitos, continua a ser uma referência, não por aquilo que fez antes do 25 de Abril mas também por aquilo que fez após aquela data e, em seu entender, é também uma referência para Rio Maior nesses dois momentos. Lembrou ainda a inauguração da Avenida Mário Soares, aquando da comemoração dos vinte anos das Tasquinhas, logo após a pesada derrota eleitoral que sofreu, confrontando os órgãos de comunicação social e dando, em vida, o nome a uma avenida. Considerou, por isso, que independentemente das opiniões pessoais e políticas de cada um, todos irão recordar o Dr. Mário Soares. Depois, referindo-se ao Professor Feliciano Júnior, disse que desde novo o conhecia e que se trata de uma figura de referência de Rio Maior, acrescentando que os bons ensinamentos dos que partem devem ser seguidos, assim como deve ser lembrado aquilo que estes fizeram pelas gentes e pela terra. -----



----- De seguida congratulou-se com o sucesso da atleta Inês Henriques e salientou, para além do ponto de vista desportivo, o pessoal porque, disse, quem a conhece sabe que é uma pessoa extremamente humilde e que, em seu entender, é essa humildade que faz com que tenha a força suficiente para bater um recorde mundial de uma distância tão grande. -----

----- Congratulou-se também pelas resoluções em projeto e pelo compromisso político relativamente à EN 114 e disse tratar-se de um investimento muito forte do Governo, cerca de 2,4 milhões de euros, que é extremamente importante para Rio Maior. -----

----- Acerca dos dados do desemprego referiu que esta é uma questão determinante, não só para o concelho mas também para o país, afirmando que não se pode estar a desempenhar bem as funções quando o desemprego é muito alto e especialmente quando o desemprego é muito alto para os jovens. Considerou que tudo aquilo que se possa fazer, seja a nível local seja a nível nacional, para combater esse flagelo é extremamente importante e é com satisfação que vê que programas como o “Qualifica” estão já a produzir os efeitos e a fazer com que o desemprego diminua, não só em Rio Maior mas também em todo o país, por via da política governativa. -----

----- Por fim deixou a nota acerca de uma questão estratégica que tem a ver com o anúncio do Governo do início de um processo legislativo para formalizar a descentralização de competências da administração central para a administração local em áreas tão importantes a educação, a ação social e a saúde, entre outras. Disse que isto se engloba num processo mais amplo que tem a ver com a descentralização de competências e também com a democratização de um conjunto de instituições a nível regional, como as áreas metropolitanas, e ainda de um processo de democratização dos órgãos dirigentes das Comissões de Coordenação e Desenvolvimento Regional (CCDR). Salientou que esta situação, para um concelho como Rio Maior, levanta questões estratégicas porque estando o distrito dividido ao meio, tratando uns com o Alentejo e a outros, a parte Norte, com o Centro e Rio Maior se quiser tratar de questões relacionadas com fundos comunitários trata com o Alentejo, mas se tiver que tratar de questões relacionadas com o território tem que tratar com Lisboa e Vale do Tejo. Considerou, por isso, que este processo de descentralização e democratização é uma janela de oportunidade para o distrito de Santarém retomar a sua unidade e também para Rio Maior se recolocar no centro da decisão política porque uma das opções políticas que vai estar em decisão, e deixou desde logo o desafio ao município, é que perante o reforço da área metropolitana de



Lisboa, nomeadamente pelo reforço político pela eleição direta das assembleias metropolitanas, possa haver uma reconfiguração da CCDR de Lisboa e Vale do Tejo e se possa dar corpo a uma coisa que defende há muitos anos que é que aquelas que são as sub-regiões do oeste, da lezíria e do médio tejo, passem a ser uma região pela sua ligação evidente, com uma ligação ao mar através do oeste e que deixa Rio Maior numa posição central. Terminou deixando o desafio de também o Executivo Municipal começar, desde já, a defender esta ideia, assim como todos, por considerar que é fundamental para o futuro coletivo, o distrito, a região mas fundamentalmente para Rio Maior. -----

----- **Deputada Carla Cristina Machado Rodrigues Dias** -----

----- Apresentou cumprimentos à Assembleia Municipal e a todos os presentes. -----

----- Relativamente aos votos de pesar e louvor apresentados em nome da Assembleia Municipal disse não ir acrescentar mais nada ao que os mesmos já contêm e ao que sobre eles foi dito anteriormente. -----

----- Salientou novamente a diminuição do desemprego no concelho e ainda a redução no final de 2016 em cerca de 27% do endividamento da Câmara Municipal de Rio Maior que segundo os últimos dados passou de dezasseis milhões trezentos e noventa e três mil e oitocentos e nove euros para aproximadamente doze milhões duzentos e noventa e seis mil euros, representando a dívida de médio/longo prazo cerca de 93% do volume total da dívida sendo quase a totalidade deste valor formado por responsabilidades contraídas antes de 2009, com exceção de cerca quinhentos e um mil seiscientos e noventa e seis euros correspondente ao Fundo de Apoio Municipal para o qual Rio Maior contribui. Ressalvou que também ao nível do prazo dos pagamentos houve uma diminuição ao longo do ano de 2016 estando agora em cerca de quarenta e cinco dias. -----

----- Congratulou-se ainda por no passado dia 28 de janeiro ter sido assinado um contrato comodato e um protocolo de colaboração entre a Câmara Municipal de Rio Maior e a EICEL¹⁹²⁰, sendo que com este contrato é cedido um dos espaços da antiga mina do Espadanal (antiga secção de trituração) à associação, para que esta possa aí desenvolver a sua atividade associativa, sendo a ação de ambos nas intervenções que venham a ter lugar na antiga mina balizadas pelo referido protocolo de cooperação. Ressalvou ainda o facto de ter sido também atribuído o nome do antigo diretor técnico da mina, Eng.º Luis Falcão Mena à rua de acesso às instalações da mina do Espadanal.-----



----- Para finalizar referiu-se às obras da EN 114 congratulando-se por finalmente se ver resolvida a situação da requalificação desta estrada, agradecendo o empenho e o esforço do executivo camarário e desejando que passe do papel à ação e comece a ser executada a obra e finalmente se preste a necessária segurança a quem a utiliza diariamente. -----

----- **Presidente da Assembleia Municipal** -----

----- Deu a palavra à Presidente da Câmara Municipal para esclarecimentos das questões colocadas. -----

----- **Presidente da Câmara Municipal** -----

----- Apresentou cumprimentos à Assembleia Municipal na pessoa do Presidente em exercício e a todos os presentes e pediu que após a sua intervenção fosse dada a palavra ao Vereador João António Lopes Candoso, para os esclarecimentos nas áreas em que tem as competências delegadas. -----

----- Lamentou, desde logo, que o objetivo pensado para esta intervenção da Estradas de Portugal não tenha sido alcançado já que este é um assunto que tem sido abordado em todo o concelho, nas redes sociais e para o qual não tem tido resposta, porque não estava no cargo à época, tentando-se, desta forma, prestar alguns dos esclarecimentos de forma a esclarecer os presentes e conseqüentemente a população através dos mesmos. Disse ainda que não obstante o Eng.º Alcino Cordeiro não desempenhar efetivamente um cargo político, foi autorizado e mandatado pela entidade para vir prestar os esclarecimentos necessários relativamente ao corte do IC 2 e a repavimentação decorrente do desvio de trânsito. -----

----- De seguida informou que se encontra a decorrer a Prova Nacional de Duetlo em Rio Maior com cerca de trezentos atletas e desejou que os constrangimentos provocados pela realização da mesma na cidade e por todo o circuito onde se realiza sejam os menos possíveis. -----

----- Acerca dos votos apresentados afirmou que a Câmara Municipal se associa aos mesmos alguns deles já apresentados e aprovados também naquele órgão, lembrando também a medalha com que foi distinguido o Clube de Nataçãõ de Rio Maior pelos seus 30 anos de existência na sessão comemorativa do passado feriado municipal. -----

----- Referiu ainda a ação do Centro de Negócios e Inovação de Rio Maior, designadamente no apoio ao programa “Empreende Já” que pode significar a entrada na vida ativa de muitos jovens evitando situações de desemprego. -----



----- Esclareceu os deputados municipais em relação às seguintes questões colocadas: -----

----- Carnaval 2017: Acerca desta situação disse que haverá uma festa após o desfile no sábado que resulta de uma proposta dos serviços em conjunto com os bares da cidade e considerou que existe público e margem para a realização destes eventos que têm como objetivo chegar ao maior número possível de munícipes. -----

----- Estrada Nacional 114: Disse que teve oportunidade de agradecer aos membros do governo por reconhecerem o trabalho que foi feito pelo município no sentido de resolver em definitivo esta situação com o levantamento de todos os dados necessários para que o projeto fosse incluído neste programa, manifestando também a inteira disponibilidade para continuarem a lutar pela execução desta obra que é atualmente substancialmente maior do que foi previsto no acordo assina, passando o investimento de 1,5 milhões para 2,4 milhões e para uma extensão de 2,7 quilómetros. Disse ainda que o valor será distribuído entre o governo e a câmara na proporção de 85% e 15%, respetivamente. -----

----- Caminhos de Fátima: Referiu que é um projeto em andamento e que para além desse também tem vindo a ser verificadas as condições para o desenvolvimento de um outro nas Serras de Aire e Candeeiros, por todos os municípios que têm influência naquela área, para valorização do território, nomeadamente nas aldeias do Carso. -----

----- Reorganização das CCDR: Deu conhecimento que esse trabalho já foi efetivamente iniciado, que já foram realizadas reuniões com o Ministro Eduardo Cabrita e com o Secretário de Estado Carlos Miguel, abordando a possível constituição de uma nova NUT II que permitirá a Rio Maior assumir uma posição central nesta área. Acerca da descentralização informou que também têm vindo a ser desenvolvidos trabalhos e apresentado um conjunto de dados para a concretização deste plano que todos os municípios consideram que é benéfico a todos os níveis para quem faz e para quem usufrui, devido à proximidade e a relação estreita com as populações e suas necessidades. Acrescentou ainda que esta descentralização será em áreas diversas como a educação, a saúde, o património, proteção civil, entre outras e que se espera que esta descentralização venha acompanhada dos meios necessários para dar cumprimento a todas as necessidades nas diversas áreas. -----

----- CPCJ/Violência doméstica: Disse que a equipa do município que trabalha esta área tem a preocupação constante de dar apoio e acompanhar estes casos e



encaminhá-los para as entidades competentes e que muitas destas situações decorrem da destruturação familiar que atualmente se vem verificado. -----

----- Obras das infraestruturas de água na Vila da Marmeleira: Informou que se realizou uma reunião acerca desta situação, lembrando que há vinte anos se vem falando nesta situação e que há um ano foi feito um avultado investimento (cerca de quatrocentos mil euros) que, a esta altura, deveria estar mais que resolvido. Informou que no relatório técnico que lhe chegou na sequência dessa reunião, a empresa de construção irá fazer a parte eletrónica e que estará para breve a ligação em definitivo.-

----- **Presidente da Assembleia Municipal** -----

----- Deu a palavra ao Vereador da Câmara Municipal para esclarecimentos das questões colocadas. -----

----- **Vereador João António Lopes Candoso** -----

----- Apresentou cumprimentos à Assembleia Municipal e a todos os presentes. -----

----- Esclareceu os deputados municipais em relação às seguintes questões colocadas: -----

----- Protocolos do CNIRM/IPS/ESDRM: Acerca da deslocação a Málaga informou que o CNIRM tem há cerca de dois anos uma parceria estratégica com o Parque Tecnológico da Universidade de Málaga, onde estão instaladas seiscentas empresas e onde trabalham cerca de quinze mil pessoas, e neste momento existem já projetos concretos a implementar. Realizou-se também o 6º Fórum Europeu de Ciência, Tecnologia e Inovação para o qual o CNIRM foi convidado para estar presente, onde foram informados que seria criada uma rede peninsular de informação aberta e que desta rede iriam fazer parte parques tecnológicos e universidades da Península Ibérica, no entanto, como Rio Maior ainda não tem um parque tecnológico, foi contactado o IPS e a ESDRM no sentido de se deslocarem a Málaga e fazer parte desta rede peninsular. Acrescentou que foi assinado um protocolo entre aquelas entidades e iniciadas conversas e projetos para realização em comum. Concluiu dizendo que a intenção com estas parcerias é a angariação de formas de o CNIRM conseguir ajudar e apoiar as empresas a desenvolver os projetos nas áreas tecnológicas e também o intercâmbio de alunos integrados no vários programas desenvolvidos como é exemplo o Erasmus + para estagiar, aprender novas competências, novas realidades que lhes dará experiências únicas, acrescentando que a Escola Profissional de Rio Maior tem recorrido a estes projetos internacionais e ganho dimensão nessa área. -----



----- Ainda acerca do apoio que o CNIRM pode dar no âmbito do programa “Emprende Já” disse que em primeiro lugar pode dar informação através de sessões de divulgação, depois pode ajudar os jovens a candidatarem-se ao programa e acompanhá-los nos projetos que estejam a desenvolver e por fim, se necessário, na encubação de empresas e acesso a todas as parcerias que o CNIRM dispõe. -----

----- **Presidente da Assembleia Municipal** -----

----- Finalizadas as intervenções colocou a votação os Votos de Pesar e os Votos de Louvor apresentados subscritos por toda a Assembleia Municipal. -----

----- **Voto de Pesar pelo falecimento de António Machado Feliciano Júnior (anexo 4)** -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes (30 presenças). -----

----- **Voto de Pesar pelo falecimento de Mário Alberto Nobre Lopes Soares (anexo 5)** -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes (30 presenças). -----

----- Foi, neste momento, feito um minuto de silêncio em memória dos falecidos. -----

----- **Voto de Louvor ao Clube de Natação de Rio Maior (anexo 6)** -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes (30 presenças). -----

----- **Voto de Louvor a Inês Pereira Henriques (anexo 7)** -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes (30 presenças). -----

----- **PERIODO DA ORDEM DO DIA** -----

----- **ASSUNTOS PARA CONHECIMENTO** -----

----- **Orçamento para 2017, Plano de Ação – Grandes Opções do Plano 2017-2020 e Mapa de Pessoal para 2017 da Comunidade Intermunicipal da Lezíria do Tejo --**

----- **Assunção de Compromissos Plurianuais** -----

----- **Atividade Municipal (anexo 8)** -----

----- **Atas aprovadas das reuniões da Câmara Municipal** -----

----- A Presidente da Câmara apresentou os pontos para conhecimento à Assembleia Municipal de acordo com a documentação disponibilizada. -----

----- **INTERVENÇÕES DOS SENHORES DEPUTADOS** -----

----- Não foram efetuadas inscrições para intervenção. -----



----- **ASSUNTOS PARA DELIBERAÇÃO** -----

----- **Ponto I – Designação do Fiscal Único da Desmor EM SA. - Quadriénio 2017/2020** -----

----- A Presidente da Câmara apresentou a proposta da Câmara Municipal, conforme documentos disponibilizados, e acrescentou que o que se propõe é aprovação da designação da Sociedade de Revisores Oficiais de Contas “Rosa Lopes, G. Mendes e Associado, SROC” representada pelo Dr. João Manuel Rosa Lopes (ROC n.º 1 029) como Fiscal Único da empresa Desmor, EM, SA., para o quadriénio 2017-2020. -----

----- **INTERVENÇÕES DOS SENHORES DEPUTADOS** -----

----- **Deputado Rui Miguel da Costa e Silva** -----

----- Intervenção transcrita na íntegra, considerando o seu conteúdo: -----

----- “ Esta minha intervenção é uma intervenção que vai valer para os próximos seis pontos e pretendo não falar especificamente sobre este ponto mas simplesmente reforçar uma ideia que me preocupa. Tenho para mim que os problemas do concelho não são os problemas do executivo, os problemas do concelho são os nossos problemas. Ao executivo compete o papel de tentar resolvê-los aplicando a melhor solução possível. Mas para maximizar a eficiência das soluções encontradas irem de encontro às expectativas, aos interesses, aos desejos e às vontades e às necessidades das populações, eu penso que é fundamental que o executivo tenha uma frente crítica e uma frente crítica que seja construtiva. Mas como somos uma cultura que abraça as causas com paixão, pelo menos eu vejo assim os portugueses, normalmente deixamos que as emoções nos bloqueiem o raciocínio e muitas vezes esta emoção não nos permite ver com clareza a razão do outro. Perante o curso que alguma vez as intervenções seguem aqui na nossa Assembleia eu questiono-me: somos um conjunto de tribos entrincheiradas na busca do poder ou somos um grupo de cidadãos que procura através da cooperação a solução melhor? Eu não tenho dúvidas de qual é a minha postura em relação a isso.” -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes (25 presenças). -----

----- **Ponto II – Designação do Fiscal Único da EPRM, Lda., EM – Quadriénio 2017-2020** -----

----- A Presidente da Câmara apresentou a proposta da Câmara Municipal, conforme documentos disponibilizados, informando que o que se propõe é a aprovação da designação da Sociedade Pão Alvo & Associado, Sociedade de Revisores Oficiais de



Contas, LDA representada pelo Dr. José Pedro Araújo Ferreira Pão Alvo, inscrito no OROC com o n.º 1408, como Fiscal Único da empresa Escola Profissional de Rio Maior, LDA, EM, para o quadriénio 2017-2020. -----

----- **INTERVENÇÕES DOS SENHORES DEPUTADOS** -----

----- Não foram efetuadas inscrições para intervenção. -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por maioria** dos presentes, com 27 votos a favor e 2 abstenções das Deputadas Municipais Carla Cristina Machado Rodrigues Dias e Maria Leonor Magalhães Fragoso (29 presenças). -----

----- **Declaração de Voto da Deputada Carla Cristina Machado Rodrigues Dias** que se transcreve na íntegra: -----

----- Apresentou cumprimentos à Assembleia Municipal na pessoa do seu Presidente e a todos os presentes. -----

----- “A minha abstenção deve-se tão só ao facto de ter uma relação profissional com a Escola Profissional de Rio Maior, pelo que entendo que me devo abster.” -----

----- **Ponto III – Modificação Orçamental - 1.ª revisão ao Orçamento (receita e despesa) e Grandes Opções do Plano (Atividades mais relevantes e Plano Plurianual de Investimentos - AMR e PPI)** -----

----- A Presidente da Câmara apresentou a proposta da Câmara Municipal, conforme documentos disponibilizados, informando que se trata essencialmente da inclusão de três novos dos projetos que não foram previstos em orçamento inicialmente. Acrescentou que aquilo que se propõe é a aprovação da proposta de Modificação Orçamental – 1ª Revisão ao Orçamento (Receita e Despesa) e às Grandes Opções do Plano (Atividades Mais Relevantes e Plano Plurianual de Investimentos) 2017, nos termos da alínea c) do nº 1 do artigo 33º da Lei nº 75/2013. -----

----- **INTERVENÇÕES DOS SENHORES DEPUTADOS** -----

----- **Deputado António Carlos e Silva Antunes Figueiredo** -----

----- Relativamente ao assunto disse que após a leitura dos documentos se verifica que esta alteração respeita efetivamente a três projetos que decorrem de um ajuste consequência de uma gestão atenta e coerente do dia-a-dia do município, nomeadamente o reforço do sistema de luta contra incêndios florestais e a implementação de novos formatos de mobilidade que promovem o desporto e vida ativa. Questionou se poderia ser feito um breve ponto da situação relativamente ao estado de implementação dos projetos constantes das Grandes Opções do Plano e Orçamento. -----



----- **Presidente da Câmara** -----

----- Deu conta que não terá presente todos os dados necessários para responder à questão, mas informou que muitos dos projetos não são apenas para um ano, são plurianuais, como por exemplo o projeto da zona ribeirinha que se encontra em desenvolvimento, agora na fase de negociação com os proprietários dos terrenos. Informou também que o projeto de requalificação das Praças da República e do Comércio está em fase final e pediu que todos ajudassem a minimizar o impacto que as obras poderão trazer. Deu conhecimento que estão a decorrer os concursos públicos para a requalificação da escola de Asseiceira e para a substituição da iluminação pública (CIMLT) para LEDS, disse que está em curso a implementação do sistema na rede de águas, a aquisição do autocarro para o município e a implementação da telemetria e telegestão do sistema de águas. Disse que mais informação existirá e pediu a todos que possam contribuir para a divulgação da informação correta solicitando dados quando assim o entenderem. -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes (26 presenças). -----

----- **Ponto IV – Isenção de Estacionamento e sua compensação em Áreas de Reabilitação Urbana (ARU)** -----

----- A Presidente da Câmara apresentou a proposta da Câmara Municipal, conforme documentos disponibilizados e informou que a proposta é a isenção total do valor da compensação pela não previsão de estacionamento no prédio, sempre que se localize numa das Áreas de Reabilitação Urbana e sempre que se verifique uma das condições previstas no nº 1 do artigo 28.º do Regulamento Municipal de Edificação e Urbanização, publicado no Diário da Republica, 2ª série de 21 de maio de 2013 e que este benefício seja concedido por cinco anos, podendo, ser renovado por uma vez com igual limite temporal. -----

----- **INTERVENÇÕES DOS SENHORES DEPUTADOS** -----

----- **Deputado António Carlos e Silva Antunes Figueiredo** -----

----- Relativamente a este ponto disse que se trata de mais um apoio para a tão necessitada e importante reabilitação e requalificação das zonas antigas das cidades e que no caso de Rio Maior coincide com a zona delimitada para a ARU e para as quais foram já deliberados outros benefícios anteriormente. Afirmou que se trata de mais um incentivo que visa promover a requalificação e o repovoamento humano naquelas zonas completamente abandonadas. -----



----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por maioria** dos presentes, com 22 votos a favor e 4 abstenções dos Deputados Municipais João Pedro de Aleluia Gomes Sequeira, Filipe Vicente Martins, Vera Alexandra Costa Simões e Ana Catarina Coelho Pinto (26 presenças). -----

----- **Declaração de Voto do Deputado Filipe Vicente Martins** que se transcreve na íntegra: -----

----- Apresentou cumprimentos à Assembleia Municipal na pessoa do seu Presidente e a todos os presentes. -----

----- “O que está aqui em causa, a Senhora Presidente ficou um bocadinho espantada pela nossa abstenção mas eu explico porquê, todos sabemos que determinados prédios, obviamente, principalmente na zona mais velha da cidade, quer pela sua natureza quer pela sua localização quer por outros fatores que às vezes estão associados aos prédios, não é possível a construção de parque de estacionamento, tudo bem até aqui. A reconstrução dessas zonas já têm uma série de benefícios fiscais, que a Senhora Presidente falou e bem, a nível de IMI, a nível de IVA, ou seja, estamos a falar aqui apenas de uma recomendação da Comunidade Intermunicipal, é apenas uma recomendação e, entendemos nós, que sendo a câmara responsável por encontrar soluções alternativas para esses prédios que não vão pagar, porque estamos a falar de uma taxa que é paga pelos construtores, salvo erro, 100 euros por m² por estacionamento em falta. Ora, se não é construído o estacionamento, posteriormente todas as pessoas que vivam nessa zona têm que ter estacionamento em outro lado. Quem é que suporta isso é a câmara. Há custos acrescidos, daí se compreender perfeitamente a taxa existente, essa taxa existente é porque quem tem que arranjar alternativa àquela obrigação fica afastada, é a câmara municipal noutra local, portanto as pessoas vão consumir e no fundo estamos a isentar uns e outros e nas outras zonas têm que pagar. Portanto a câmara deixa de arrecadar uma receita que não achamos que seja justa e daí a nossa abstenção.” -----

----- **Declaração de Voto do Deputado António Carlos e Silva Antunes Figueiredo** que se transcreve na íntegra: -----

----- “Efetivamente a minha declaração de voto vem no sentido de clarificar o porquê e a importância deste voto favorável. No fundo trata-se de isentar uma taxa num local pelas suas características nós queremos manter, são zonas históricas, e cuja criação de parques de estacionamento é uma própria condicionante para que se mantenha a traça e as características dessa mesma localidade, ou seja, estaríamos nós a cobrar



uma taxa pela não criação de estacionamento num local aonde não se permite a criação desse estacionamento, nem a alteração da tipologia do próprio edifício. Terminando, trata-se pois mais de um incentivo que equilibra o investimento dos locais, dos cidadãos e a atratividade para irem reconstruir, requalificar e ir viver nesses locais históricos.” -----

----- **Ponto V – Contrato interadministrativo de delegação de competências a celebrar com a CIMLT - Serviços públicos de transporte de passageiros municipais** -----

----- A Presidente da Câmara apresentou a proposta da Câmara Municipal, conforme documentos disponibilizados e informou que a proposta é que a Assembleia Municipal autorize a celebração do Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências com a Comunidade Intermunicipal da Lezíria do Tejo, através do qual delega nesta entidade intermunicipal as competências atribuídas à Câmara Municipal relacionadas com o Sistema de Mobilidade e Serviço Público de Transporte de Passageiros. -----

----- **INTERVENÇÕES DOS SENHORES DEPUTADOS** -----

----- Não foram efetuadas inscrições para intervenção. -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por maioria** dos presentes, com 22 votos a favor, 3 votos contra dos Deputados Municipais Antónia Maria Falcão Miranda Manso Corrêa, Paulo Manuel Santos Colaço e Suzana Margarida dos Santos Candeias e 5 abstenções dos Deputados Municipais Carla Cristina Machado Rodrigues Dias, João Pedro de Aleluia Gomes Sequeira, Filipe Vicente Martins, Vera Alexandra Costa Simões e Ana Catarina Coelho Pinto (30 presenças). -----

----- **Declaração de Voto da Deputada Antónia Maria Falcão Miranda Manso Corrêa** que se transcreve na íntegra: -----

----- “Votamos contra porque, em primeiro lugar entendemos que não podemos alienar as nossas competências na área dos serviços públicos de transportes de passageiros na CIM; segundo, esta lógica acaba por conduzir a que sejam os utentes a pagar os transportes que necessitam por via direta e terceiro, na ótica da CDU os transportes são um bem essencial em desenvolvimento e devem ter gestão pública, sendo portanto os transportes públicos um direito constitucional.” -----

----- **Ponto VI – Criação do sistema multimunicipal de saneamento de águas residuais da Grande Lisboa e Oeste e constituição da sociedade anónima concessionária do mesmo – alteração do acordo parassocial da ADTA – Águas do Vale do Tejo, S.A.** -----



----- A Presidente da Câmara apresentou a proposta, conforme documentos disponibilizados e informou que a proposta é a aprovação da nova versão do Acordo Parassocial da AdTA – Águas do Vale do Tejo, S.A. a celebrar entre todos os acionistas, na sequência dos contributos recebidos dos Municípios. -----

----- **INTERVENÇÕES DOS SENHORES DEPUTADOS** -----

----- **Presidente da Junta da União de Freguesias de Outeiro da Cortiçada e Arruda dos Pisões** -----

----- Apresentou cumprimentos à Assembleia Municipal e a todos os presentes. -----

----- Iniciou por dizer que esta intervenção serve para deixar uma pequena explicação acerca do seu sentido de voto, dizendo, desde logo, que tem mais a ver com as dúvidas que se me levantam sobre o teor do próprio decreto-lei que virá a ser aprovado na sequência da retificação deste acordo parassocial que se encontra a discussão. Continuou a dizer que o acordo em si resume-se às condições de participação dos municípios numa eventual privatização da sociedade Águas do Vale do Tejo e a constituição da sociedade, situação que lhe levanta algumas dúvidas porque, em seu entender, deixa os municípios em posição de grande fragilidade. Disse que pela leitura do acordo pode perceber que a única forma de um município se opor a uma eventual privatização da sociedade será através da aquisição da participação que a Águas de Portugal tem nesta Águas do Vale do Tejo, ou seja, passaria a ser o “dono” desta última. Questionou se um município como Rio Maior terá capacidade financeira ou técnica para assumir uma eventual oposição destas, dizendo, desde logo, que não lhe parecia provável, assim como também não lhe parecia que a grande maioria dos municípios que integram a sociedade possam ter essa capacidade para o fazer. Concluiu que a consequência óbvia é que grande maioria dos municípios nada poderá vir a dizer no futuro ou *a posteriori* acerca da privatização da Águas do Vale do Tejo se for essa a vontade da Águas de Portugal. Terminou dizendo que tudo isto leva a crer que há a intenção clara por parte do Governo do PS de fazer uma privatização de negócio da águas e do saneamento, o que considera muito grave. -----

----- **Presidente da Câmara** -----

----- Esclareceu que este assunto voltou à Assembleia Municipal apenas para atualização de acordo com o contributo dos municípios e que a deliberação anterior aprovou o assunto por unanimidade. Acrescentou ainda que apenas será a portadora da decisão da Assembleia Municipal que tem a competência para o efeito. -----

----- **Deputado António Carlos e Silva Antunes Figueiredo** -----



----- Disse que não se trata aqui de contrariar ou apoiar uma deliberação camarária mas sim de uma posição que tem que ser tomada pelo órgão Assembleia Municipal e disse que, pessoalmente, a sua opinião é que este acordo revela uma vontade do Governo de legislar e antes de o fazer pretende que seja votado pelos diversos acionistas da Águas do Vale do Tejo um acordo que se resume à cláusula 4ª, o que significa que se privatiza ao arrepio dos próprios municípios porque não se permite que mesmo que manifestem a vontade, exerçam o direito de opção, e à cláusula 5ª que revela que com apenas mais um voto o Estado tem posição final. -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por maioria** dos presentes, com 8 votos a favor, 7 votos contra dos Deputados Municipais Antónia Maria Falcão Miranda Manso Corrêa, Paulo Manuel Santos Colaço, Suzana Margarida dos Santos Candeias, Rui Miguel da Costa e Silva, Nuno Gonçalo Vitorino Raimundo, António Carlos e Silva Antunes Figueiredo e do Presidente da Assembleia Municipal em exercício e 11 abstenções dos Deputados Municipais Carla Cristina Machado Rodrigues Dias, José Casimiro Fróis Ferreira, Francisco Manuel Carriço Pereira Esperto, Joana Filipa Ferreira Tirano, Luis Alberto Santos Tirano Ferreira, Maria Eugénia Jesus Reis, Inês Guerra Vargas, Filipe Vicente Martins, Ana Catarina Coelho Pinto, Presidente da Junta de Freguesia de Asseiceira e o Presidente da União de Freguesias do Outeiro da Cortiçada e Arruda dos Pisões (26 presenças). -----

----- **Declaração de Voto do Deputado Rui Miguel da Costa e Silva** que se transcreve na íntegra: -----

----- “A minha declaração de voto teve só um sentido. Espelhei as minhas discordâncias em relação a esta forma de estar de poder central face ao município na última Assembleia e perguntei qual seria o sentido de tomarmos conhecimento, porque eu acho que estamos só a tomar conhecimento, ninguém nos está a pedir autorização para nada, e desta vez pretendi perceber o que é que o meu não iria significar em termos de poder central.” -----

----- **Declaração de Voto do Deputado Filipe Vicente Martins** que se transcreve na íntegra: -----

----- “ O que está aqui em causa, e nós queremos explicar efetivamente porque nos abstivemos nesta questão, não votamos contra porque obviamente as coisas são o que são, o que está aqui em causa é o abastecimento de água e saneamento por nós ou por terceiros, no fundo é o que está aqui em causa. Ora todos pretendemos os melhores padrões de proteção do ambiente obviamente, o saneamento contudo não



existe na totalidade do concelho nem perto, ainda estamos longe de ter uma rede de saneamento no concelho, nem se sabe quando é que tal rede vai ser feita. O diploma aqui em causa, aqui em questão, que é o decreto-lei 94/2015, pelos papéis que nos enviaram, apenas pretende materializar por remendos, eu até achei que aquilo era mais uma espécie de remendos, a concretização da lei 35/2013 e do decreto-lei 92/2013, isto está aliás no preâmbulo da lei aqui em causa. Sendo a pretensão do espírito aqui em causa deste diploma legislativo no combate às assimetrias entre os sistemas do litoral e do interior, que no fundo é o que está aqui em causa porque uns pagam mais pela água outros pagam menos, uns pagam mais taxas de saneamento e outros pagam menos, e portanto aqui o espírito legislativo é criar uma simetria entre o litoral e o interior, o interior que é sempre mais prejudicado. A criação de um novo sistema multimunicipal que agora se digna por Águas de Lisboa e Vale do Tejo, LVT, em substituição dos oito existentes, porque no fundo já existem oito e este apenas vem substituir esses oito, no fundo é por isso que eu lhe chamei uma manta de retalhos ou remendos, como queiram chamar. Apesar da bondade legislativa que nós vemos em qualquer um destes três diplomas, o de 2015 e os de 2013, que será para que as pessoas paguem menos taxa, menos taxas no fundo, por estes dois serviços, eu não acredito em tal bondade, nós não acreditamos em tal bondade. Não desconhecendo que a ligação dos utilizadores ao sistema é obrigatória, nós sabemos que é obrigatória nos termos da lei, bem como a celebração dos contratos com as entidades competentes, mas contudo a gestão não me parece que seja obrigatória, então nós perguntamos porque é que isto não há-de ficar na esfera da Câmara, e daí a nossa abstenção.” -----

----- **Declaração de Voto da Deputada Inês Guerra Vargas** que se transcreve na íntegra: -----

----- “Quero apenas justificar o meu sentido de voto, não ponho em causa o acordo parassocial aprovado na última Assembleia, simplesmente, e o problema será com certeza meu, não entendi nem o teor nem o objetivo deste documento e não vi, não consegui perceber, com clareza os fins desta alteração. Também não sou contra privatizações mas, se isto porventura for uma qualquer estratégia do Governo para futuramente privatizar, não se sabe como nem em que condições, dois bens tão essenciais para a saúde pública como são a água e o saneamento, e para poder votar em consciência o meu sentido de voto foi a abstenção.” -----



----- **Declaração de Voto da Deputada Antónia Maria Falcão Miranda Manso Corrêa** que se transcreve na íntegra: -----

----- “Nós votamos contra porque a água é um bem de todos e como tal tem que ser pública sem se abrirem portas ao privado. O Partido Comunista e a CDU só tem um compromisso, é com os trabalhadores e o povo português, não é com o Governo minoritário do PS. Temos uma posição conjunta sobre alguns temas e entre esses temas que nós uma posição conjunta e divergente é efetivamente a questão da água. É uma posição inquestionável, nós votaremos sempre contra qualquer janela que se abra e que vise ou possa possibilitar a privatização da água.” -----

----- **Ponto VII – Reconhecimento de Interesse Público Municipal em nome de Polirústicos – Extração e Transformação de Pedra, Lda. – Processo n.º 7/2017**-----

----- A Presidente da Câmara apresentou a proposta da Câmara Municipal, conforme documentos disponibilizados e informou que se trata de mais um pedido com enquadramento legal e que este é um dos passos do processo para que possa ser instruído o pedido de regularização junto das entidades competentes e que irão avaliar o pedido. Informou ainda que a proposta de deliberação é que a Assembleia Municipal reconheça o interesse público municipal dado tratar-se de uma atividade industrial nos termos da alínea a) do n.º 4 do artigo 5º do Decreto-Lei n.º 165/2014, de 5 de novembro. -----

----- **INTERVENÇÕES DOS SENHORES DEPUTADOS** -----

----- **Deputado Rui Miguel da Costa e Silva** -----

----- Intervenção transcrita na íntegra, considerando o seu conteúdo: -----

----- “Bom, não me vou pronunciar sobre o caso em concreto da Polirústicos mas, depois de algumas hesitações e atendendo à época que em que estamos que é Assembleia de carnaval ninguém vai levar a mal, eu vinha aqui apresentar uma pretensão de uma empresa que montei com os meus três irmãos e que se chama empresa Irmãos Metralha, Lda. Como sabem nós temos uma empresa de impor/expor que agora alargou a sua atividade e passou a assaltar bancos. Desde que começamos a fazer isso tivemos que construir uns barracões ilegais onde guardamos o material que usamos na nossa atividade e o produto. Desde já vos digo: temos quatro postos de trabalho diretos, fora os postos de trabalho indiretos que damos às entidades policiais que nos têm que apanhar pelo mundo inteiro, divulgamos a mensagem e o nome de Rio Maior pelo mundo inteiro, somos conhecidos em todo o mundo, garanto-vos isso, e então, atendendo a que somos o único sustento das nossas famílias e que



pretendemos a legalização daquelas instalações, gostaríamos que esta Assembleia se pronunciasse sobre o nosso interesse municipal, porque cumprimos os critérios todos e como a Senhora Presidente disse o que está em causa não é a legalização nem a certificação da nossa atividade, gostaríamos de ver reconhecido o nosso interesse público municipal.” -----

----- **Presidente da Junta da União de Freguesias do Outeiro da Cortiçada e Arruda dos Pisões** -----

----- Interveio para explicar por que se irá ausentar da sala no momento da votação dizendo que todos conhecem a sua posição em relação a estes reconhecimentos de interesse público municipal, dizendo que nada tem a ver com as empresas em si, tem a ver com a própria lei que criou esta situação. Reiterou que se irá ausentar e se recusa a votar em solidariedade para com todos os empresários, com todas as pessoas que esperam anos por uma licença, por uma autorização para um qualquer assunto e ainda gastam enormes quantidades de dinheiro em taxas e pareceres, entre outras coisas, para verem as suas situações regularizadas e as suas empresas a funcionar dentro daquilo que é a lei e os regulamentos. -----

----- **Deputada Joana Filipa Ferreira Tirano** -----

----- Salientou que quando se fala em interesse municipal e em Plano Diretor Municipal (PDM) em simultâneo há que ter em consideração que quando esta empresa foi feita e que o PDM já vem de 1995. Disse não conseguir perceber se esta empresa movimenta oito se dez, porque é inconclusivo no que é apresentado nos documentos, mas considerou que violar o PDM e uma das paisagens mais bonitas do concelho e dar uma imagem de um concelho “esburacado” por interesses “municipais” que afinal são particulares é inadmissível. Afirmou que não se pode admitir que numa futura revisão do PDM a área onde encontra a empresa não seja considerada como reserva natural e disse esperar que não seja reconhecido o interesse municipal porque uma empresa quer passar a exportar, e acrescentou que por muito que acredite na economia e na criação de postos de trabalho e no desenvolvimento do concelho acima de tudo, disse não vale tudo pelo dinheiro, não vale tudo pelo concelho e não vale tudo quando se trata de evitar que o futuro sejam encostas destruídas. -----

----- **Deputado António Carlos e Silva Antunes Figueiredo** -----

----- Disse que se verifica que a informação é exígua para a importância deste tipo de decisões mas que também se sabe que o reconhecimento por decisão do conjunto das entidades administrativas com responsabilidade no procedimento da respiva



regularização, expressa o reconhecimento do interesse regional e nacional na viabilidade destas situações garantindo aos municípios um procedimento célere de alteração do PDM. Disse que é um facto que os PDM's estão obsoletos, muito por culpa dos governos, e considerou que é difícil estar em conformidade, desenvolver e instalar uma empresa nestas condições. Terminou dizendo que considerando que os documentos não permitem tomar em consciência uma opção favorável ou desfavorável, mas atendendo a que é importante para o município que os instrumentos de regulação próprios sejam implementados, validados e estejam no terreno de facto, indicou o sentido de voto como abstenção justificado com o atrás exposto. -----

----- **Presidente da Câmara Municipal** -----

----- Lembrou que este mecanismo foi criado para que para possibilitar às empresas tentar regularizar as suas instalações e explorações e este é um dos elementos imprescindíveis à instrução do pedido. Considerou que é sempre preferível tentar-se a legalização e legalizar quando possível porque permite que as entidades façam um acompanhamento da entidade e da exploração no que diz respeito aos impactos que a mesma possa ter na envolvente e na paisagem. -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por maioria** dos presentes, com 14 votos a favor, 2 votos contra dos Deputados Municipais Rui Miguel da Costa e Silva e Nuno Gonçalo Vitorino Raimundo e 11 abstenções dos Deputados Municipais António Carlos e Silva Antunes Figueiredo, José Casimiro Fróis Ferreira, Inês Guerra Vargas, Francisco Manuel Carriço Pereira Esperto, Luis Alberto Santos Tirano Ferreira, Joana Filipa Ferreira Tirano, João Pedro de Aleluia Gomes Sequeira, Vera Alexandra Costa Simões e Ana Catarina Coelho Pinto (27 presenças). -----

----- **Declaração de Voto da Deputada Antónia Maria Falcão Miranda Manso Corrêa** que se transcreve na íntegra: -----

----- “Nós votamos favoravelmente porque isto tudo tem princípio, porque assim fizemos da primeira vez e entendemos que todos são iguais e não deveríamos ser nós a tentar impossibilitar a legalização destas empresas. Contudo não estamos em nada, estamos em total desacordo, com este diploma do anterior Governo e lamentamos que ele tenha sido prorrogado o seu prazo de validação. É um documento que deveria, se assim se entendesse, ser feito de outra maneira mas nunca passar por este passo na Assembleia Municipal, porque a Assembleia Municipal não tem, não há a necessidade de passar por aqui. Portanto este documento, o início e quem gerou este documento



em nosso entender está errado, contudo votamos a favor porque assim fizemos da primeira vez e assim fazemos para todos porque todos são iguais.” -----

----- **Declaração de Voto do Deputado Filipe Vicente Martins** que se transcreve na íntegra: -----

----- “Em linha e por coerência com as posições que assumi anteriormente, eu votei favoravelmente exatamente pelos mesmos fundamentos que já foram aqui apresentados em quatro ou cinco sessões em situações semelhantes, e para mim estes casos são sempre semelhantes. Eu não concordo muito quando se diz se a empresa fatura muito deve-se legalizar se fatura pouco não. Aqui acho que deve ser o princípio da igualdade e uma questão de justiça, não é porque se é grande que se apoia e se é pequeno não se apoia, independentemente da dimensão eu renovo aquilo que já aqui disse e agora tenho que o repetir mesmo: é preferível ter as situações legais, porque sabemos onde é que elas estão, do que manter as situações ilegais, ou então das duas uma, a Câmara, se não fosse esta possibilidade, como a Senhora Presidente disse e eu acompanho-a neste raciocínio, tenho que acompanhar porque é a realidade, isto não é para legalizar a situação, as pessoas para terem uma licença de utilização daquele espaço não têm como a tirar porque a construção é ilegal e isto é apenas um elemento para facultar essa possibilidade. Temos aqui pareceres técnicos que dizem que se isto fosse profundamente ofensivo do ambiente e de algum outro fator, com certeza que os nossos técnicos não tinham dito que aquilo estava em condições de poder ser dentro das limitações. Neste contexto, não podemos deixar de estar atentos a estas situações e daí realmente o meu voto favorável como foi noutras situações.” -----

----- **Presidente da Assembleia Municipal** -----

----- Nos termos do n.º 7 do artigo 68º do atual Regimento, o Presidente da Assembleia Municipal propôs a aprovação em minuta dos assuntos aprovados na presente sessão. -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes (27 presenças). -----

----- **Presidente da Assembleia Municipal** -----

----- Antes de passar à intervenção do público informou que a Mesa da Assembleia Municipal deliberou, na pessoa do seu Presidente, dar provimento a um pedido da Senhora Presidente da Câmara e do seu executivo para a realização do evento que teve lugar. Continuou dizendo que a situação foi enquadrada no regimento de



funcionamento da Assembleia Municipal e que a importância que o assunto reveste justificava, em sua opinião, esta permissão e a interrupção. Concordou que no futuro possam existir mais sessões de esclarecimento públicas e que as assembleias temáticas são sempre uma opção a considerar. Terminou dizendo que, de qualquer forma, considera que a dignidade deste órgão está intacta e não foi em nada beliscada. -----

----- De seguida deu a palavra ao público presente para as intervenções e explicou a condições em que seriam feitas de acordo com o regimento da Assembleia Municipal, de forma a ser do conhecimento de todos os presentes. -----

----- **INTERVENÇÃO DO PÚBLICO** -----

----- Não foram efetuadas inscrições para intervenção. -----

----- **ENCERRAMENTO** -----

----- Quando eram dezoito horas e quinze minutos, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal em exercício deu por encerrados os trabalhos da presente sessão, da qual, e para constar se lavrou minuta parcial para efeitos imediatos e a presente ata que vai ser apresentada na sessão seguinte para aprovação global e assinada pela mesa. -----

----- **O PRESIDENTE DA MESA:** _____

----- **A PRIMEIRA SECRETÁRIA:** _____

----- **A SEGUNDA SECRETÁRIA:** _____